JUSTUTOR

Questão Discursiva 01532

Em outubro de 2012, o Estado do Rio de Janeiro firmou com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública federal, contrato de promessa de compra e venda de imóvel de titularidade daquela companhia, pelo valor de vinte milhões de reais, a serem pagos em vinte parcelas mensais. No instrumento firmado, a posse foi imediatamente transferida ao Estado para a execução de obras necessárias à Copa do Mundo.

No imóvel, porém, existe um prédio erguido no século XIX, a respeito do qual há parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) favorável ao respectivo tombamento. Parte menor da área ainda encontra-se ocupada por um grupo de sem-teto.

A Defensoria Pública da União ajuizou contra o Estado, a CONAB e a União duas ações civis públicas referentes ao bem.

(1) Na primeira delas, alega que o prédio erguido no terreno integra o patrimônio histórico e cultural nacional e que, por isso, não pode ser demolido. Pretende, assim, que os réus sejam condenados a tombar o bem e a conferir-lhe destinação vinculada à construção de moradias populares.

(2) Na segunda, diz que os sem-teto ocupam parte do imóvel desde 2006, sem qualquer oposição da CONAB e que, portanto, têm a posse mansa e pacífica da área, tendo, inclusive, ajuizado ação de usucapião em face da empresa. Pretendem, portanto, que o Estado seja obstado a praticar qualquer ato, abstrato ou concreto, com o fim de remover os ocupantes do imóvel.

Deduza os argumentos para a defesa dos interesses do Estado nas ações civis públicas.